

REVISITANDO O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

André Boaratti¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as principais mudanças ocorridas na Comunidade Internacional, mais especificamente no âmbito do Direito Internacional Público, a partir dos eventos que se desenrolaram na II Guerra Mundial. A experiência totalitária colocou o Direito Internacional Público numa nova situação limite, obrigando-o a rever algumas das suas principais bases, mas principalmente, buscar novos meios institucionais suficientes para a criação de um ambiente de estabilidade internacional. Houve a necessidade de repensar conceitos tradicionais, como poder, política e cidadania. No intuito de compreender esses conceitos, o texto adota como referencial teórico as reflexões de Hannah Arendt acerca da sua construção do conceito de espaço público. A cidadania como fonte de direitos precisava ser repensada, e recolocada dentro do Direito Internacional. Portanto, se faz necessário entender de que maneira o Direito Internacional Público absorveu as experiências durante a II Guerra, e se essa absorção produziu efeitos práticos no sentido de garantir as condições para a manutenção da estabilidade internacional sob novos patamares.

Palavras chave: Direito Internacional Público, Hannah Arendt, II Guerra Mundial, Cidadania

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende compreender como se deu a construção das novas bases que garantem legitimidade ao Direito Internacional Público contemporâneo, adotando como referencial histórico as mudanças ocorridas no pós guerra e a criação de uma nova concepção de cidadania, a qual, encontra respaldo teórico na produção teórica de Hannah Arendt.

O problema de pesquisa que norteará o desenvolvimento analítico do presente texto é: até que ponto o conceito de espaço público de Hannah Arendt fornece subsídios para a compreensão das mudanças ocorridas no âmbito do Direito Internacional Público no pós guerra? O objetivo é investigar a essência das mudanças ocorridas no âmbito do Direito Internacional Público, a partir de uma nova concepção de cidadania, ancorada

¹ Bacharel em Relações Internacionais, Especialista em Filosofia Política e Mestre em Comunicação Social com ênfase em mídia e cidadania. (<http://www.professorboaratti.com.br>)

no conceito de espaço público de Hannah Arendt. Nesse sentido, o artigo adotará como metodologia, a pesquisa bibliográfica a partir da leitura e apreensão das contribuições teóricas de Hannah Arendt acerca do conceito de espaço público.

A escolha da abordagem de Hannah Arendt se justifica, por um lado, pelo fato de que ela própria, como judia, sofreu na pele o horror do regime nazista. Teve que se refugiar nos EUA ficando por lá durante 21 anos na condição de “apátrida”. Por outro lado, o seu arcabouço teórico elucida algumas questões no âmbito da experiência totalitária, que praticamente nenhuma abordagem, com seus conceitos tradicionais, não conseguiram explicar.

A obra de Arendt selecionada que servirá de apoio para o entendimento das questões anteriormente levantadas neste artigo é *Origens do Totalitarismo*, publicada em 1951, que fala sobre como o regime totalitário se estabeleceu a partir do “fim do espaço público”, pela imposição do medo e do terror e a sistematização de mecanismos de controle e extermínio extremamente eficazes. O regime totalitário coloca o Direito Internacional e toda a tradição ocidental numa situação limite, forçando a busca por novos conceitos, para a compreensão desse novo fenômeno, e ao mesmo tempo, a necessidade de repensar as bases institucionais da Comunidade Internacional e suas falhas ao não garantir meios de se evitar conflitos e seus desdobramentos, como os que ocorreram na II Guerra Mundial.

Se faz necessário refletir até que ponto o Direito Internacional Público foi atualizado na construção das Organizações Internacionais, conferindo novas bases para a Comunidade Internacional? Portanto, nas próximas linhas, essas e outras questões serão objetos de investigação. Há condições em se falar de uma possível “cidadania global”? Se sim, quais são seus princípios jurídicos fundadores?

No intuito de responder essas e outras questões levantadas, o presente texto se desenvolve nas próximas linhas a partir da preocupação em refletir sobre esses questionamentos.

1- A II Guerra Mundial e a repercussão no Direito Internacional: a criação da ONU

Após a II Guerra Mundial houve uma mudança de paradigma quanto à postura dos Estados nações acerca dos procedimentos para a resolução de impasses internacionais. O conflito em si não produziu efeito suficiente para que os líderes

mundiais na época repensassem suas estratégias, mas foi o horror do assassinato em massa, cada vez mais sofisticado pelo regime totalitário de Hitler, que contribuiu para repensar as bases jurídicas da Comunidade Internacional.

Aliado aos campos de concentração e a “solução final”, outro evento que repercutiu diretamente na Comunidade Internacional foi o lançamento das bombas atômica sobre o Japão pelos EUA. Esses acontecimentos, o assassinato em massa de cidadãos pelo próprio Estado e as bombas atômicas (e a possibilidade de futuras guerras nucleares) romperam qualquer tentativa de continuar com os mecanismos institucionais da época que não funcionavam (exemplo, o fracasso da Liga das Nações em evitar a II Guerra Mundial).

Nesse contexto, o Direito Internacional Público teve que ser repensado e refundado, a partir de novos princípios e novas formas de organização e atuação. Foi então que surgiram as Organizações Internacionais, adotando como o cérebro, a ONU.

O Direito Internacional, agora estava amparado por instituições internacionais em que realmente atuavam nas questões globais no sentido de evitar conflitos, ou ao menos, garantir meios que os conflitos locais não envolvessem cada vez mais outros Estados tomando grandes proporções.

A mudança de postura dos Estados nações diante dos conflitos internacionais deve ser compreendida num contexto teórico conceitual mais amplo, no intuito de enxergar melhor os elementos que contribuíram para a mudança, e esta, de que forma repercutiu no Direito Internacional Público.

Se antes os Estados adotavam uma postura mais egoísta e inflexível diante dos impasses internacionais, após os eventos citados que ocorreram na II Guerra, os Estados passam a adotar novos princípios que norteariam o encaminhamento dos litígios.

A mudança da postura, diz respeito ao abandono da perspectiva do “conflito” ou “competição”, para a adoção do princípio da “cooperação”: todos os impasses seriam resolvidos a partir do diálogo no intuito de se buscar uma solução que possa beneficiar a todos os envolvidos.

O princípio da cooperação é a base da ONU e de todo o Direito Internacional Público no pós guerra. Sendo assim, após os Estados aceitarem o intermédio das Organizações Internacionais, houve um passo a mais para a construção de uma pós-nacionalidade, como chamaria Habermas. Ou seja, estruturas internacionais pressionando os Estados a criarem um ambiente permanente de estabilidade.

Após o que foi exposto, é preciso rever conceitos centrais que estão no centro das mudanças no pós guerra: qual o papel do Direito, no que tange à sua função de criar meios para a proteção e garantia da vida? Como ocorreu uma mudança no aspecto da forma como os Estados resolvem os conflitos, houve também uma mudança na concepção de política, a qual, não mais estaria ancorada numa postura meramente impositiva baseada no princípio apenas da soberania, mas uma concepção de política que incluiria novos elementos: o diálogo e a compreensão mútua. É nesse sentido que se faz necessário uma investigação teórica mais cuidadosa no âmbito do pensamento de Arendt, para entender melhor o conceito de espaço público. Portanto, o próximo assunto que será abordado diz respeito a trajetória do pensamento de Arendt e sua contribuição para o conceito de espaço público.

2- Totalitarismo e a sociedade de massa

Nesse primeiro momento, torna-se relevante destacar duas questões que nortearão o desenvolvimento deste tópico: qual o contexto sócio-político alemão no período anterior à ascensão totalitária e que condicionou o surgimento do mesmo? Quais os meios utilizados pelo movimento totalitário para se ascender como regime político? O resultado das reflexões acerca dessas questões permitirá uma melhor compreensão do conceito de espaço público em Hannah Arendt, já que ela constrói esse conceito levando em conta o sofrimento que ela própria vivenciou como judia alemã refugiada do nazismo.

Todo o desenvolvimento teórico de Hannah Arendt é fruto de suas inquietações e experiências vividas. Com isso, a autora dedicou a primeira obra de sua carreira acadêmica com o objetivo de descortinar as raízes[1] que levaram ao advento do Totalitarismo, como uma nova forma de governo e dominação fundamentados na “organização burocrática de massas, no terror e na ideologia” (LAFER, 2003, p. 25).

O Totalitarismo, entendido como um fenômeno moderno, necessita de novas categorias que deem conta de compreendê-lo na sua totalidade. Com essa preocupação, Hannah Arendt promove uma inovação teórica por meio de uma sofisticada revisão da tradição do pensamento clássico da política. “A tradição ocidental não tinha nem categorias, nem respostas, pois o Totalitarismo apareceu tanto como um desdobramento da utopia capitalista, quanto da utopia socialista, conforme mostram as suas vertentes

nazista e stalinista” (2003). Hannah Arendt percebe essa lacuna e desenvolve novos conceitos, por meio dos quais, a autora possibilita uma melhor elucidação do tema.

Com a publicação da obra em 1951, Arendt investiga a gênese do fenômeno totalitário, partindo do pressuposto de que ele advém, de um lado, do antissemitismo moderno e do outro, do imperialismo. Segundo Celso Lafer, O primeiro é

fruto das tensões entre Estado e Sociedade Civil, que surgiram na Europa a partir da Revolução Francesa, com a expansão da igualdade e a extensão da cidadania. Neste processo, os judeus, porque estavam vinculados ao fortalecimento do Estado, absorveram e catalisaram as irritações da Sociedade Civil. (LAFER, 2003, p.25).

O antissemitismo serviu de base para a propaganda totalitária que percebeu claramente o distanciamento do povo judeu com o resto da sociedade e criou formas de manipulação que colocava o judeu como o pivô da crise que a Alemanha vivia no período entre - guerras.

Já o imperialismo foi o “resultado da emancipação política da burguesia e surge quando esta deixa de se dedicar aos seus negócios privados e assume a gestão do Estado na Europa”. (2003, p.26) A prática do imperialismo, como forma de administração política burguesa, provocou as condições que propiciaram o advento totalitário: o racismo, o expansionismo e a burocracia. O primeiro, fez com que o europeu se tornasse cada vez mais insensível com outros povos, o que construiu um terreno fértil para a prática do genocídio. O expansionismo refere-se à pretensão totalitária de se internacionalizar. E por fim, a burocracia, foi o meio encontrado pelos burgueses de administrar a sociedade de forma cada vez mais autônoma e eficaz, excluindo cada vez mais a sociedade do poder, pois apenas os mais competentes poderiam ocupar cargos públicos.

A partir desses breves apontamentos referentes às circunstâncias criadas para o surgimento do fenômeno totalitário, é imprescindível uma análise mais próxima da obra de Hannah Arendt com o objetivo de compreender melhor a visão da autora sobre o tema proposto e aprofundar ainda mais nas condições que criaram um terreno fértil para o totalitarismo.

Uma das formas de explicar a ascensão do regime totalitário é através da relação que Arendt estabelece entre o regime e as “massas”, na medida em que o primeiro é dependente do segundo. Uma das ferramentas mais eficazes construído para convencer as massas foi a propaganda, a qual, será tratada com mais acuidade posteriormente.

Diferente de muitos que tentam explicar o fenômeno do totalitarismo, Hannah Arendt não atribui à propaganda como o principal fator que determinou o surgimento do mesmo. Mas sim, como mais um dentre vários elementos que auxiliou na construção do contexto propício para que o movimento se efetivasse como regime político. O que leva as pessoas legitimarem tamanha violência? O que faz um cidadão comum se transformar num soldado de Hitler? Segundo Arendt, é a futilidade.

Arendt lembra que quando um membro de um partido nazista tem a intenção de se promover e adquirir status, é o que impulsiona um homem a cometer atos violentos. Essa impulsividade repousa no que ela chama de normalidade: na ausência de total reflexão, de princípios ou valores éticos, sobra o vazio que faz com que o indivíduo deixe de se preocupar ou de levar em conta a vontade alheia.

É na tentativa de se ascender dentro do partido, por meio do respeito e reconhecimento, que o membro comum do grupo passa a praticar atos violentos. Segundo Hannah Arendt, a consequência direta disso é a destruição da própria capacidade de sentir e principalmente de perceber o outro. Do ponto de vista histórico, essa deturpação do homem em enxergar o outro, e sim apenas as suas necessidades enquanto indivíduo, é resultado de uma crise estrutural dos regimes democráticos europeus logo após a I Guerra Mundial, como disse Hannah Arendt: “Depois da I Guerra Mundial, uma onda antidemocrática e pré-ditatorial de movimentos totalitários e semi-totalitários varreu a Europa” (2004, p. 358).

Devido à crise nas instituições democráticas europeias no período entre - guerras, houve uma profunda perda significativa, por parte dos cidadãos, do interesse em participar da política, sendo que aos poucos, foram se tornando cada vez mais “indiferentes com a política e ao mesmo tempo não se organizam politicamente em torno de um partido” (2004, p. 361).

O termo “massa”, sendo uma das categorias centrais no pensamento da autora, define justamente essa característica marcante numa sociedade, em que as pessoas se conformam com a situação e se fecham em suas vidas privadas. Segundo Hannah Arendt, a sociedade de massa, constituída por seres incapazes de pensar em termos

coletivos, foi um dos fatores que criaram as condições propícias à ascensão do movimento totalitário ao poder.

Massa foi a forma pela qual, os responsáveis pelo controle dos meios de comunicação nazista por meio da produção e veiculação da propaganda totalitária, encaravam a sociedade: como seres passivos, objetos de manipulação para o regime e para o “bem” da Alemanha.

Essa concepção foi a que orientou o nazismo na construção de sua propaganda que veiculava nos meios de comunicação: a superioridade dos argumentos nazistas geralmente fundamentados na ciência criavam a imagem de uma Alemanha digna de liderar todo o bloco europeu através do controle sistemático das massas.

No momento anterior à instalação do regime totalitário, enquanto este constituía-se como um movimento político, tanto o nazismo quanto o comunismo após 1930, recrutaram boa parte dos seus membros junto à massa. Pois os mesmos eram facilmente convencidos (por razões aqui já apontadas) em aderir a métodos violentos e não persuasivos.

Segundo Hannah Arendt, o regime democrático alemão não conseguiu evitar o Totalitarismo devido ao fato de que “as massas, politicamente neutras e indiferentes, podiam facilmente construir a maioria num país de governo democrático, e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas por uma minoria” (2004, p. 362).

Outro fator importante apontado por Arendt que contribuiu para a ascensão do Totalitarismo ao poder, foi o colapso do sistema de classes, tanto na Alemanha quanto na Rússia. Ou seja, a massificação da sociedade que pode ser explicada pela “sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia, gerou apatia, e até mesmo hostilidade em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe” (2004,p. 363).

Como consequência, o indivíduo gastava energia competindo, e dessa forma, afastava-se dos “exercícios dos deveres e responsabilidades do cidadão”, por isso, as pessoas adotaram o pensamento de que a participação política era uma “perda desnecessária do seu tempo e energia” (2004, p. 363).

Do ponto de vista da representatividade, a burguesia era a única representada no Parlamento, já a massa, tomada pela apatia e desarticulação política, não possuía nenhuma representatividade junto às esferas de poder. Logo, a atuação política foi

reduzida ao mero serviço público, ocupado pela burguesia, havendo uma significativa diminuição de um “corpo político de cidadãos que se sentissem individual e pessoalmente responsáveis pelo governo do país” (2004, p. 364). A consequência da diluição das classes, ou até mesmo o desaparecimento delas, fez com que houvesse uma crise de representatividade partidária.

Para que as massas fossem convencidas, diante de tanta imobilidade e indiferença, era necessário que os partidos totalitários apelassem ideologicamente nas suas propagandas, na tentativa de agregar novos membros. Isso é fruto da consciência da “desimportância e da dispensabilidade que aos poucos deixam de ser expressões da frustração individual e tornava-se um fenômeno de massa” (2004, p. 365).

A sociedade de massa é incapaz de formar um interesse comum, sendo a única coisa compartilhada, e sendo isso que a torna massificada, é a apatia seguida de comodismo político. É interessante ressaltar que, para Hannah Arendt, as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa é o isolamento e a falta de relações sociais. Logo, o surgimento e crescimento de regimes totalitários depende “das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada”. (2004, p. 368).

O Totalitarismo, enquanto regime político, promoveu a dominação irrestrita e sem limites de todas as possíveis atividades autônomas por parte dos cidadãos. Consequentemente há uma nítida perda de participação política devido à captação das esferas de convivências autônomas na sociedade pelo regime Totalitário, e nesse sentido, o presente texto fará uma abordagem mais detalhada dos efeitos produzidos pelo Totalitarismo no espaço público num momento posterior.

Retomando à questão da adesão de pessoas junto aos movimentos totalitários, Hannah Arendt chama atenção pelo fato de que a “lealdade só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto” (2004, p. 373). Ou seja, o que faz uma pessoa seguir as diretrizes de um movimento político fundamentado no uso da violência, seria justamente a lealdade em seguir as ordens.

A lealdade sem limites, cega o indivíduo, fazendo com que este não enxergue as consequências dos seus atos, mas sim, apenas o que ele pode ganhar, dentro do partido em termos de reconhecimento e respeito. Com isso, Arendt resume essa questão numa frase comum da época: “minha honra é a minha lealdade” (2004, p. 374).

2.1- Propaganda e terror

Uma das questões que mais chama atenção no Totalitarismo é a estreita relação entre a propaganda e o terror. Antes de continuar com o desenvolvimento deste tópico, é importante notar que Hannah Arendt, em sua análise da gênese do Totalitarismo na Europa, passa pela diferenciação do movimento totalitário com o regime. Ela destaca o fato de que o primeiro se desacopla do segundo por meio da recusa, por parte de Hitler, em discutir os pontos de adequação dos interesses nazistas com os do partido, havendo então uma exclusão do diálogo.

Hitler, num de seus discursos, proferiu a seguinte frase que comprova esse fato: “Tudo o que vocês são, o são através de mim, tudo o que eu sou, sou somente através de vocês” (2004, p. 374). Neste trecho de uma das falas públicas de Hitler, percebe-se que ele personifica o poder através dos interesses das massas. Ele chama para si toda a responsabilidade de colocar em prática, de tornar real o sonho alemão de liderança mundial.

Em contrapartida, o apoio do povo irrestrito é fundamental para o êxito. Dessa forma, Hitler afasta qualquer possibilidade do partido exercer o papel mediador entre o regime e os interesses sociais. Logo, aos poucos o diálogo, como um meio para a construção de consensos, gradativamente cede espaço à violência sem limites.

A violência instrumentalizada pelo regime transformou-se em terrorismo, o qual, atraiu tanto a ralé quanto os intelectuais. O terrorismo era visto como uma espécie de “expressionismo político”, seguindo a filosofia de que era possível expressar pela violência toda frustração, ressentimento e ódio cego, gerados pela crise entre guerras, pelo fato da Alemanha ter se saído humilhada da Primeira Guerra Mundial. Logo, essa prática serviu principalmente para atrair novos adeptos à causa nazista, que consistia em reconstruir uma Alemanha forte e que conseguisse liderar, através da violência, todo o bloco europeu.

Como foi dito anteriormente, a propaganda foi outro grande meio encontrado pelo totalitarismo, tanto para se ascender ao poder, quanto para se manter como regime político. Hannah Arendt estabelece a relação entre a propaganda e a doutrina ideológica, sendo a primeira, direcionada tanto externamente, aos países não totalitários, quanto às camadas sociais também não totalitárias.

Já a doutrina ideológica é aliada direta do terror, o qual, cresce junto com os movimentos. Porém, o que chama atenção é que houve uma continuidade e até mesmo um acirramento no emprego do terror mesmo após a ascensão e estabilização do regime totalitário. E o ápice da empregabilidade do terror pelo regime deu-se nos campos de concentração, e nesse ponto, a propaganda totalitária desaparece e somente o terror prevalece. Como bem coloca Hannah Arendt, “o terror como substituto da propaganda alcançou maior importância no nazismo do que no comunismo” (2004, p. 393).

O terror, implementado pelo movimento nazista dirigia-se contra “pequenos funcionários socialistas ou membros influentes dos partidos inimigos” (2004, p.393) e teve efeito na população no sentido de convencê-la de que era mais seguro pertencer ao partido nazista do que ser leal à república.

Em termos de conteúdo da propaganda nazista e stalinista, a primeira baseava-se pelas “insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não deram ouvidos aos seus ensinamentos” (2004, p. 394). Já a propaganda comunista “ameaça as pessoas com a possibilidade de perderem o trem da história, de se atrasarem irremediavelmente em relação ao tempo” (2004, p. 394).

A principal fundamentação útil à propaganda totalitária, foi o cientificismo, que se fez presente até o momento da ascensão ao poder, após isso, o regime abandona esse ponto de vista. O uso deturpado da ciência como fundamento para a manipulação das massas tinha como pretensão maior a previsibilidade, apoiada em pressupostos positivistas.

Segundo Comte, o futuro pode vir a ser previsto cientificamente, e essa ideia advém do pressuposto de que o poder possui leis objetivas que podem ser descobertas (2004). É o chamado método da “predição infalível”, cujo objetivo era tornar verdadeiras suas profecias e provar ao povo a eficácia do regime, tornando-o inquestionável, já que ele se baseia em preceitos científicos.

Outro aspecto que chama a atenção de Hannah Arendt como um dos meios úteis à propaganda totalitária, é o seu apelo à ficção, sendo algo extremamente buscado pelas massas justamente pela fuga da realidade. Nesse sentido, Arendt destaca, como consequência do uso da ficção pela propaganda, a perda do bom senso ou senso comum das massas. Um dos grandes objetivos da propaganda em adotar a ficção seria a construção de uma coerência, ou uma realidade palpável. Segundo a autora:

Antes de tomarem o poder e criarem um mundo à imagem da sua doutrina, os movimentos totalitários invocam esse falso mundo de coerências, que é mais adequado às necessidades da mente humana do que a própria realidade; nele através da pura imaginação, as massas desarraigadas podem sentir-se à vontade e evitar os eternos golpes que a vida e as experiências verdadeiras infligem aos seres humanos e às suas expectativas.

A força da propaganda totalitária (...) reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real. (ARENDR, 2004, p. 402).

Nesse sentido, a autora na última frase da citação, destaca o fato de que as massas, cada vez mais isoladas e desprovidas de meios de convivência, tornam-se vulneráveis à propaganda totalitária por meio da destruição do senso comum, como foi apontado anteriormente. Esse é um dos pontos de destaque para análise das consequências do Totalitarismo para o espaço público, que será analisado no último tópico do presente artigo.

E o último grande método apontado por Hannah Arendt na propaganda totalitária, mais especificamente no caso do nazismo, foi o antissemitismo. Retomando o que foi dito no início deste texto: historicamente os judeus foram um grupo protegido pelo poder político, separados da sociedade.

Com o advento do Estado-nação e a gradativa crise do mesmo (pós-Primeira Guerra Mundial), os judeus, não como classe, mas como um grupo diferente e alheio à sociedade, foi sendo assimilado pela mesma e com isso, foi-se construindo uma imagem negativa do povo judaico por parte da sociedade.

O movimento nazista percebeu essa problemática, de que o judeu era um grupo à parte da sociedade, e construiu um discurso fomentando o ódio ao judeu, como um povo traidor, não pertencente ao povo e culpado pela crise econômica que a Alemanha enfrentava no período entre guerras.

No contexto da propaganda nazista antissemita, a estratégia utilizada para se responder a questão sobre qual seria o futuro papel do nazismo, foi o emprego dos “Protocolos dos Sábios de Sião”. O uso desses protocolos foi útil na organização das massas em torno do objetivo final, que seria a construção de um império mundial, a partir do princípio, alterado pelos nazistas, de que “tudo o que beneficia o povo judaico é moralmente correto e sagrado”, sendo reinterpretado da seguinte forma: “o direito é aquilo que é bom para o povo alemão” (2004, p. 407 e 408).

O ponto forte dos protocolos consiste em fazer a revolução a nível mundial, por meio da dominação dos povos pela organização. Com isso, os nazistas passavam a ideia, através dos protocolos, de que o primeiro povo a se organizar e combater os judeus, tomarão o lugar deles no mundo (2004, p. 409).

O termo *Volksgemeinschaft* concentra toda essa visão, fundamentada principalmente na absoluta igualdade dos alemães (igualdade de natureza), tornando os outros povos diferentes e passíveis de serem dominados. (2004, p. 410).

2.2- O Isolamento e o fim da esfera pública

Um dos principais sintomas que caracteriza as sociedades contemporâneas é a solidão de massa. Tal fenômeno justifica a sua novidade pelo fato de que antes, a solidão era “sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores” (ALBINO, 2008, p.393).

A solidão cria o ambiente social propício para a instalação de regimes tirânicos devido ao esvaziamento do espaço público - a sociedade perde sua capacidade comunicativa de articular resistências. Portanto, isolamento, no regime totalitário, é a massificação da solidão, piorada pelo medo, pelo terror institucionalizado.

O terror, segundo Arendt, “só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar o isolamento”. O isolamento, segundo ela, é o “solo mais fértil e sempre decorre dele” (2004, p. 526). O que o isolamento causa nas relações sociais é a perda de potência, ou seja, da capacidade inata dos indivíduos de se articularem discursivamente. A sociedade isolada não se comunica, ela se deteriora pela perda de poder[4]. Para Arendt, os homens isolados são impotentes por definição” (2004, p. 526), ou seja, são incapazes de agir em conjunto e provocarem poder. Devido à inoperância do agir em conjunto fruto do isolamento, uma sociedade constituída por homens isolados é chamada pela autora de pré-totalitária.

Em definições arendtianas, um homem fabricante de coisas artificiais pode ser solitário, mas um *animal laborans* além de solitário é isolado de convivência. Pois o único interesse que guia as suas atividades é se manter vivo, isolando-se de outros seres humanos para isso. A massa corresponde a “laborização” social, em que indivíduos isolados com seus sentimentos de ódio, humilhação, solidão, etc., fornecem a chave de

entrada para a doutrina totalitária. Mas é principalmente por meio do sentimento de solidão que o Totalitarismo penetra na esfera da vida íntima dos indivíduos.

O termo “total” define a especificidade da tirania causada pelo Totalitarismo em relação a outros governos tirânicos na história, porque ele invade inclusive e principalmente as esferas íntimas do ser humano, destruindo várias potencialidades humanas, sendo uma delas, a comunicativa: a faculdade humana de perceber e se relacionar com o outro e construir possibilidades para um mundo de convivência mútua. Logo, infere-se que a falta de comunicação, ou ao menos, a deturpação dela, provoca o ambiente para a instalação de regimes fundamentados na banalização do mal.

Até o presente momento, o texto preocupou-se em destacar as principais abordagens da obra “Origens do Totalitarismo” tendo em vista a relevância para a compreensão final do conceito de espaço público. Apesar deste conceito não ter sido o tema central da obra, percebe-se que a importância dele reside no fato de que se uma sociedade não construir condições para o espaço público, ela perde seu caráter de pluralidade, fazendo com que o ódio, nutrido na esfera privada, prevaleça e legitime o terror provocado pelo regime.

O vazio na participação política provocado pelo esvaziamento do espaço público destrói qualquer possibilidade de cidadania e junto com ela, formas de contestação social. A sociedade impotente, sem capacidade de articular-se discursivamente, legitimou o regime pelo comodismo privado, pela perda do interesse em se preocupar com questões políticas.

Essa falta de preocupação não ocorre somente no regime totalitário, mas principalmente antes dele. As pessoas privadas que não se reúnem publicamente contribuem para as condições de se instalar uma tirania. O homem que suspeita do seu vizinho ou teme em não retornar para casa após o trabalho, enfim, o medo da vida pública faz com que haja uma perda gradativa da comunicação como meio de perceber o mundo e criar formas de compartilhá-lo.

O domínio totalitário repousava na falta de participação política gerada pelo esvaziamento do espaço público devido à privatização social, e os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental na busca pela legitimidade do regime por meio da propaganda. A massificação da sociedade alemã foi provocada principalmente pela propaganda totalitária que conseguiu colar no imaginário das pessoas, os interesses do Totalitarismo com os sentimentos nutridos na esfera da solidão privada. A promessa totalitária de recuperar a alta estima nacional pelo “retorno” da

Alemanha no cenário europeu depois que ela saiu “humilhada” da Primeira Guerra Mundial, é um exemplo do êxito totalitário em penetrar na vida íntima das pessoas e convidá-las à “participar” do regime através da aceitação passiva. Outro exemplo é o fomento do ódio ao judeu através da culpabilidade pela crise econômica alemã.

É importante reconhecer a eficiência, de um lado, dos meios técnicos de comunicação responsáveis pela produção e veiculação da propaganda, e do outro, e principalmente, da mensagem, ou os interesses que se escondiam atrás do “cientifismo”, por exemplo. Aqui não interessa uma análise dos pontos que “fundamentavam” a propaganda nazista, mas sim, os efeitos sociais, e mais especificamente no que diz respeito à participação política, ou a falta da mesma. Nesse sentido, a falta de participação política gerada pelo esvaziamento da esfera pública e incentivado pelos meios de comunicação, é a condição social propícia à tirania.

Esse contexto, apesar da sua especificidade alemã, até que ponto não se aproxima das atuais realidades das sociedades contemporâneas (como foi observado no início deste tópico). A falta de participação política é típica de sociedades em que os interesses da esfera privada se sobrepõem às da pública. Com isso, várias questões importantes são formuladas a partir dessa linha de raciocínio: até que ponto a democracia da maioria é um regime que fomenta, que incentiva a participação política?

O que está em jogo é se as condições propícias que geraram o Totalitarismo não estão sendo criadas nas sociedades atuais. Ou seja, qual o papel do espaço público nos regimes democráticos modernos? Já que a única forma de evitar um regime tirânico é conferir poder comunicativo às instituições sociais por meio dos espaços públicos, então, qual a efetividade dos mesmos?

Essas questões são pertinentes na medida em que colocam em conflito, de um lado, o regime democrático de massas (que seria a alternativa à tirania) e do outro a participação política que, calcada na cidadania, deve conferir poder às instituições sociais. Porém, é preciso considerar que há uma variável a mais entre a relação conflituosa entre os dois pólos apontados acima já que ela exerceu papel fundamental para a ascensão da tirania: os meios de comunicação de massa. Mas esse fator não será levado em consideração nesse artigo, pois o foco é o Direito Internacional Público, tema que será tratado nas próximas linhas.

3- Análise conclusiva

Arendt mostra como o Totalitarismo e suas formas de se estabelecer na sociedade por meio do terror, pressionou para que as bases de uma nova Comunidade Internacional fossem repensadas. Essa preocupação já se fazia presente de maneira bastante clara com a construção da ONU antes mesmo do final da II Guerra Mundial. Isso mostra a preocupação dos líderes mundiais na época em construir meios que evitassem futuros conflitos.

O mundo não mais suportaria um outro conflito que projetasse resultados catastróficos em todas as esferas da vida humana: política, econômica, comercial, etc. Mas nenhuma outra esfera teve que ser tão repensada como a esfera jurídica.

O Direito Internacional Público absorveu as experiências totalitárias, por meio do banimento dos “crimes contra a humanidade”. O assassinato de judeus pelo nazismo, foi considerado no Tribunal de Nuremberg, como um crime contra não apenas um povo, mas contra a toda a comunidade humana.

Nesse contexto se fazia necessário repensar as bases jurídicas que garantiam os Direitos Fundamentais, capazes de evitar esse tipo de crime. Não mais havia possibilidade de conferir, somente ao Estado, o único elemento garantidor dos direitos da pessoa humana enquanto um cidadão. A condição jurídica da cidadania não poderia se vincular somente por meio do Estado, e sim, havia a necessidade de se construir uma nova fonte de cidadania, que garantissem os Direitos básicos não apenas a nível nacional, mas internacional.

Nesse sentido, a Comunidade Internacional se encarrega de criar meios institucionais que pudessem pressionar os Estados a criarem vínculos permanentes e absolutos aos seus nacionais. O Direito Nacional deixa de ser a única fonte de cidadania, na medida em que a ONU, uma organização que possui a mesma condição jurídica dos Estados, obriga esses últimos a não mais permitirem a possibilidade da criação da figura do “apátrida”.

Em 1954, a ONU adotou a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, em que todos os Estados signatários da ONU, não poderiam mais permitir nenhuma possibilidade da figura “apátrida”, ou seja, a cidadania, a partir dessa convenção, passa a fazer parte do rol dos Direitos Humanos: não há como garantir direitos a quem não tem direito a ter direitos.

Tanto a criação da ONU e a sua condição jurídica equiparável aos Estados, quanto à inauguração da cidadania como um Direito Fundamental, contribuíram para refundar as bases da Comunidade Internacional. Mas a questão que fica é saber em que medida a autonomia das Organizações Internacionais permitem medidas eficazes no sentido de garantir não apenas uma estabilidade internacional, mas principalmente uma igual participação dos Estados na tomada de decisões coletivas no âmbito, por exemplo do Conselho de Segurança? Essa questão coloca em cheque não apenas a autonomia da ONU, mas a sua representatividade perante às atuais questões internacionais: A ONU está adequada ao novo contexto atual, completamente diferente do contexto do pós guerra, o qual, ela foi criada?

Esses questionamentos levantados demonstram que a temática ainda não se exauriu, muito pelo contrário, a reflexão continua, porém, com alguns conceitos já consolidados e adotados como referencial teórico que garantirá uma análise mais profunda e detalhada acerca dos problemas acima citados.

4- Referências Bibliográficas:

ARENDDT, Hannah (1951) *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

ARENDDT, Hannah (1954) *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005

ARENDDT, Hannah (1963) *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah (1958) *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

BOARATTI, André. *Political participation, between debate and visibility: a study of media and citizenship, from Hannah Arendt and Habermas*. 2009. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

HABERMAS, Jürgen (1976) O conceito de poder em Hannah Arendt. In: FREITAG, Barbara; ROUANET, Sérgio P. (orgs.) Habermas. São Paulo : Ática, 1993. (p. 100-118)

LAFER, Celso Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[1] Quanto às raízes do Totalitarismo de esquerda (soviético), Arendt discute essas questões em obras que ainda não foram traduzidas para o português, tais como: Karl Marx and the Tradition of Political Thought; Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought: the Modern Challenge to Tradition e Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought: The Modern Challenge to Tradition (2ª versão). Em português existem duas obras escritas por comentadores de Arendt que tratam desta questão: 1) André Duarte – O pensamento à sombra da ruptura – política e filosofia em Hannah Arendt (Paz e Terra, 2000) e 2) Hannah Arendt & Karl Marx – O mundo do trabalho (Eugênia Sales Wagner, Ateliê Editorial, 2000).